

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

BIANCA DOROTHÉA BATISTA

**A CIRCULAÇÃO E O CONCEITO DE DESVIOS DE PORTUGUÊS NAS REDES
SOCIAIS**

Santa Maria de Jetibá
2022

BIANCA DOROTHÉA BATISTA

**A CIRCULAÇÃO E O CONCEITO DE DESVIOS DE PORTUGUÊS NAS REDES
SOCIAIS**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas, do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Santa Maria de Jetibá como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Orientador/a: Maria Carolina da Silva Porcino de Oliveira

Santa Maria de Jetibá

2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho acadêmico é analisar o engajamento dos sujeitos nas mídias sociais frente aos desvios de português presentes em postagens de pessoas conhecidas e a influência dos conceitos de lugares sociais e linguagem padrão na recepção de textos multimodais nas redes sociais.

Palavras-chave: Engajamento, desvios normativos e lugar social

ABSTRACT

The aim of this academic work is analyses the engagement of the subjects on the social medias face to Portuguese mistakes present on posts of known people and the influence of the concepts of social places and standard language on the reception of multimodal texts on the social networks.

Keywords: Engagement, standard mistakes and social place.

B333c Batista, Bianca Dorothea

A circulação e o conceito de desvios de português nas redes sociais / Bianca Dorothea Batista. - 2022.

31 f.

Orientador: Maria Carolina da Silva Porcino de Oliveira

TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Centro-Serrano, Práticas Pedagógicas para a Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

1. Redes sociais. 2. Língua Portuguesa - Aspectos Sociais. I. Oliveira, Maria Carolina da Silva Porcino. II. Título. III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD 22 – 469

Bibliotecária: Gabriela de Oliveira Gobbi – CRB6-ES nº 825



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CSE - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS



FOLHA DE APROVAÇÃO-TCC Nº 1/2022 - CSE-CCSE (11.02.20.09)

Nº do Protocolo: 23544.001201/2022-04

Santa Maria De Jetibá-ES, 01 de julho de 2022.

BIANCA DOROTHÉA BATISTA

CIRCULAÇÃO E CONCEITO DE DESVIOS DE PORTUGUÊS NAS REDES SOCIAIS

Trabalho Final de Curso, apresentado como requisito final para obtenção de grau de especialista em Práticas Pedagógicas pelo curso de Pós-graduação em Práticas Pedagógicas do Instituto Federal do Espírito Santo.

Data de Aprovação: 03 de Junho de 2022

Banca Examinadora:

Maria Carolina da Silva Porcino de Oliveira

Professor/a Orientador/a

IFES

Shirlei Conceição Barth Schaeffer

Membro Interno

IFES

Michelle Teixeira da Silva Hanke

Membro Externo

IFES

VITÓRIA

2022

(Assinado digitalmente em 01/07/2022 10:35)

MARIA CAROLINA DA SILVA PORCINO DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

CSE-CCSE (11.02.20.09)

Matrícula: 2277452

(Assinado digitalmente em 01/07/2022 15:32)

MICHELLE TEIXEIRA DA SILVA HANKE

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

VIT-PROEJA (11.02.35.01.09.02.29)

Matrícula: 2258017

(Assinado digitalmente em 01/07/2022 10:55)

SHIRLEI CONCEICAO BARTH SCHAEFFER

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

CSE-CGEN (11.02.20.01.08.02)

Matrícula: 2316156

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **FOLHA DE APROVAÇÃO-TCC**, data de emissão: **01/07/2022** e o código de verificação: **63af654af6**

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3.OBJETIVOS	12
3.1 OBJETIVO GERAL	12
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	12
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
5.PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	19
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
7. REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Li na imprensa, vi nos blogs e ouvi no rádio do carro vozes, desde sentenciosas a sardônicas e sarcásticas, dizendo que se tratava de uma descarada proposta de ensino do português pelo método invertido, preconizando o erro de concordância, o desvio sintático e o assalto à gramática. (José Miguel Wisnik, O Globo)

Em seu artigo *Dona Norma*, publicado no Jornal Globo em 2011, o jornalista José Wisnik afirma que “leu, viu e ouviu” diversas opiniões sobre “o erro de concordância”; “o desvio sintático” e o “assalto à gramática” na abordagem sobre variação linguística apresentada no livro *Por Uma Vida Melhor* (2011). A partir desta afirmativa, percebe-se que antes mesmo do jornalista ler o capítulo do livro, ele teve contato prévio com o mesmo através da sua circulação em diferentes materialidades, digital, televisiva e radiofônica, e por diferentes sujeitos, jornalistas, blogueiros, escritores, influenciadores etc.

Este fragmento demonstra como um livro didático que visava um determinado público, EJA (Educação de Jovens e Adultos), e uma determinada finalidade, ensino do uso das variantes padrão e não padrão nos contextos comunicativos, circulou por esferas comunicativas não previstas demonstrando, com isso, que determinadas temáticas envolvendo uma possível desestabilização dos valores sociais, culturais e econômicos vinculados à língua portuguesa podem desencadear uma circularidade do texto a uma ampla gama de interlocutores.

A circulação deste livro didático pelos mais variados suportes ocorreu devido à projeção de uma variante não padrão como aceitável em determinados contextos interativos, o que foi considerado por muitos jornalistas e personalidades midiáticas como a defesa ao “endosso a falar errado (...) com a chancela para ignorância” e, conseqüentemente, o desrespeito à “educação rígida, tradicional, competitiva e premiada [a] [pelo] mérito” (GARCIA, 2011 grifos do autor)

Esta desestabilização de uma normalidade imposta socialmente à língua materna e à funcionalidade de um livro didático fez com que o livro recebesse a denominação de livro polêmico em noticiários da época, “polêmica pressupõe pragmaticamente que há uma crise na comunidade em questão, que os valores que a fundam estão ameaçados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 192) e desencadeasse produções acadêmicas sobre o preconceito linguístico, o ensino de língua materna e as variantes linguísticas (FOLTRAN, 2011; SOUZA, SILVA, E BERNARDINO, 2011; BIONDO, 2012; SILVA, 2012; CAVALCANTI, 2013; PÁDUA, 2014; MORANI e GHIRALDELO 2016).

Toda a discussão proposta no cenário acadêmico acerca deste episódio foi relevante para a reflexão acerca das projeções sociais atribuídas à língua materna e ao preconceito linguístico, contudo a questão sobre as formas de circulação de um texto, em especial no suporte digital, podem contribuir significativamente para compreendermos as formas as quais os leitores se tornam coparticipantes na difusão e recepção de valores sobre desvios da norma e a associação entre este conceito com os lugares sociais ocupados por determinados sujeitos na formação social.

O debate iniciado sobre norma padrão e não padrão envolvendo o livro didático de Língua Portuguesa, de certa forma não terminou e precisa ser expandido para uma análise de

outros tipos de textos que circulam na internet, como posts, vídeos, podcasts, áudios etc., visto que tais conceitos sobre esta dicotomia ainda se fazem presente em compartilhamentos, curtidas e comentários dos interlocutores acerca de textos orais, escritos ou multimodais com os quais se deparam ao longo da sua imersão nas mídias digitais.

De forma a exemplificar a relevância da proposta deste projeto de pesquisa, cito o exemplo do título da notícia do Jornal Gazeta de 18 de setembro de 2020, '*Jornal da Globo' comete erro grotesco de português em "Transmissão" da Covid-19*. O destaque do desvio de grafia e o agente do desvio indicam que os valores atribuídos à língua materna estão vinculados às posições sociais ocupadas pelos sujeitos na sociedade indicando, com isso, que o sentido desta palavra, dentre outras, está vinculado às "posições sociais daqueles que a empregam" legitimando, com isso, "o sujeito e aquilo que diz" (SOARES, 2017, p.35) e tais posições-sujeito performadas em contextos interativos em conjunto com fatores históricos determinam se os atores sociais são "sujeito do que dizem" (ORLANDI, 2005, p. 49).

Em conjunto a isso, importa também trazer para esta pesquisa os valores vinculados à norma culta padrão por socialmente "apresentarem um caráter prestigioso e tornarem-se um bem cultural desejável" (MARCUSCHI, 2007, p. 18) desde a crença de uma unicidade cultural e linguística nacional com o ensino da gramática no âmbito da Retórica e da Poética pelos jesuítas (SOARES, 1996) e no âmbito institucional com a criação do Diretório (1757) durante o governo de Marquês de Pombal.

Mesmo com as inovações científicas e teóricas desencadeadas com a reforma do ensino e as propostas pedagógicas de aprendizagem crítica e democrática nos anos 80 (MATÊNCIO, 2001), a projeção da língua materna como "coisa imóvel, pronta, acabada, estática, sem nenhuma possibilidade de mudança, variação e transformação" (BAGNO, 2001, p. 65) ainda é atuante na sociedade e, em decorrência disto, qualquer ruptura ao "bem cultural linguístico" pode promover um engajamento dos sujeitos nos ambientes virtuais de forma a contribuir para a permanência e sustentação destas concepções "- seja pelo modo mais simples ou mais oneroso- eles contribuem para que este conteúdo seja dissipado" (MASSUCHIN, Michele; CERVI, Emerson, 2018, p.195).

Pautados nos conceitos de Garcia- Canclini (2018) de que "a intervenção tecnológica torna mais patente a reorganização dos vínculos entre grupos e sistemas simbólicos", entende-se que novos meios de interações digitais evocam formas de interação e, conseqüentemente, novos meios de uso da linguagem assim como novas formas de consumo, produção e distribuição de textos multimodais nestes espaços. Com isso, pode-se considerar que as curtidas em vídeos, posts e comentários criticando ou ridicularizando os erros de grafia do Jornal da Globo, dentre outros episódios envolvendo a dicotomia entre certo e errado, demonstram uma participação ativa dos leitores acerca do conteúdo lido e assistido tornando-os, com isso, coparticipantes na circulação e recepção dos textos.

Com o intuito de contribuir para que os alunos desenvolvam neste cenário interativo digital "certas competências básicas para o trato com as línguas, as linguagens, as mídias e as múltiplas práticas letradas, de maneira crítica, ética, democrática e protagonista" (ROJO, 2009, p119), propõem-se uma pesquisa que promova a reflexão sobre a coparticipação dos sujeitos na circulação de postagens e notícias que contenham desvios da norma padrão assim como os

valores sociais atribuídos às variantes e aos sujeitos. Em decorrência das diferentes atitudes responsáveis dos sujeitos em relação aos textos com os quais interagem no seu cotidiano, estes podem se engajar de diferentes maneiras contribuindo, com isso, para a difusão destes textos na esfera oral, textual e digital e para circulação para além do seu espaço de produção e público projetado.

2. JUSTIFICATIVA

In the past 20 years, the digital revolution has changed the distribution and communication practices between news organizations and audiences. Social media platforms have played a salient role in connecting news outlets with increasingly social and participatory online audiences (García-Perdomo, Salaverría, Kilgo, Harlow, *To Share or Not to Share*, 2017)

A revolução digital iniciada há 20 anos desencadeou aprimoramentos tecnológicos dos dispositivos digitais e das plataformas virtuais mediante a ampliação do acesso à internet nos mais variados suportes, como smartphones, computadores, notebooks, tablets; por tempo ininterrupto por meio da banda larga, conexão de alto fluxo de envio e recebimento de dados oposta à discagem telefônica. Este contexto permitiu que os sujeitos nos mais diversos lugares pudessem permanecer mais tempo no ambiente virtual para fins escolares, acadêmicos, comerciais, laborais e de entretenimento.

Em decorrência disto, o espaço virtual reconfigurou as relações entre as pessoas, os textos e, conseqüentemente, houve o surgimento e a reconfiguração dos gêneros textuais que alicerçam estas inter-relações. O intenso fluxo de informações e interações contribuiu para que os sujeitos fossem ao mesmo tempo pacientes e agentes da ação de produzir, distribuir, recombinar, reformular as informações na teia interacional e informacional do espaço digital, “os mundos virtuais, o tempo instantâneo, a abolição do espaço físico, em suma, todos os poderes de transcendência e de controle simbólico do espaço e do tempo” (LEMOS, 2008, p. 53).

Esta teia interativa permite que os sujeitos mantenham-se interligados por nós sociais, vínculos entre os sujeitos que são estabelecidos por questões pessoais, laboriais, acadêmicas dentre outras, que envolvem tanto as interações voluntárias, sujeitos próximos, quanto as involuntárias, exigências situacionais, que funcionam segundo as normas de hierarquia e das formações discursivas que regem as interações entre os sujeitos nos mais variados espaços interativos os quais eles circulam ao longo da sua permanência em dispositivos digitais.

Quanto a esta interligação, O’Reilly (2005 apud BRESSAN, 2017) afirma que “a Web 2.0 é a rede como plataforma, abarcando todos os dispositivos conectados”, e quanto mais os usuários permanecem conectados consumindo, produzindo e interagindo nos sites e plataformas, os dados e as informações produzidas permitem modificações por outros usuários, “criando efeitos de rede através de uma ‘arquitetura participativa’ e superando a metáfora de página da Web 1.0 para proporcionar ricas experiências aos usuários” (p.3). A arquitetura participativa a qual o pesquisador envolve uma maior possibilidade de cooperação, compartilhamento e atuação coletiva proporcionado pelos recursos das plataformas digitais e

redes sociais de forma que, quanto mais pessoas relacionam-se em rede, mais materiais, informações e textos multimodais são produzidos e consumidos perpassando e entrelaçando as pessoas numa troca e construção coletiva de forma que tais informações tornam-se disponíveis para uma ampla audiência consumir, alterar, replicar, sustentar ou refutar.

Primo (2007) exemplifica o conceito de arquitetura participativa com as redes *peer-to-peer* (P2P), em que qualquer sujeito conectado à internet de banda larga pode consumir arquivos baixados assim como ofertar arquivos para que outros possam baixá-lo, a fim de tornar todos os interactantes em produtores, consumidores e divulgadores dos mais diversos arquivos sem a necessidade de um intermediário que autorize a realização desta atividade ou a quem seja atribuído o direito autoral sobre os produtos.

A questão interativa proporcionada pela WEB 2.0 faz com que o ambiente virtual não simbolizasse exclusivamente máquinas vinculadas a um provedor de banda larga e operações “efetuadas com as máquinas (os computadores) e programas tecnológicos (os softwares)” (RIBEIRO, 2005, p.6), mas uma rede social em que um conjunto de pessoas, organizações e entidades conectadas por vínculos interativos tornam este ambiente uma rede de interação e colaboração. Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997 apud SILVA; LUZIVOTTO, 2013, p. 1337) afirmam que as pessoas estão “conectadas por relações sociais como amizade, trabalho conjunto, ou intercâmbio de informações” e estas conexões unem os sujeitos virtualmente permitindo que estes cenários comunicativos sejam criados e recriados a cada participação e atuação dos interactantes.

Quanto a inter-relação entre os sujeitos nestes ambientes digitais, Alex Primo (2007, p.57) afirma que a interação é marcada por um constante processo de negociação de forma que os sujeitos atuam ativamente na construção e reconstrução destes relacionamentos, influenciando-se mutuamente. Galindo (2002, p.195) completa tal conceito ao apresentar a interatividade como uma troca efetiva de papéis de forma que os sujeitos possam ser ao mesmo tempo agentes e pacientes em cada contexto e desempenhem performances nestes espaços digitais.

Ao mesmo tempo que o ciberespaço permite ampliar as teias interativas, os sujeitos não falam ou escrevem da mesma forma em todos os contextos devido às exigências das formações discursivas que perpassam a sua vida em sociedade e fazem com que os sujeitos sejam construídos e se construam nas interações sociais e digitais, isto é, atuem como atores sociais que performam em cada contexto interacional e espaços pelos quais circulem. As performances e atuações interativas nos ambientes de sociabilidade digital em conjunto com a possibilidade de compartilhamento de materiais textuais, sonoros e audiovisuais “potencializam a manutenção e a expansão dos laços sociais, além de ajudarem a visualizar as redes de relacionamento das quais cada sujeito faz parte” (VERMELHO et al.,2014, p. 188).

As redes de sociabilidade, no entanto, não implicam necessariamente que os atores sociais mantenham afetividade com todos as pessoas que utilizam da mesma plataforma, mas estabelece laços sociais fortes ou fracos nos ambientes pessoais, profissionais e acadêmicos, a depender dos interesses e intencionalidades em comum entre eles. Raquel Recuero (2005, p.6) afirma que os laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, devido à proximidade e intencionalidade em solidificar uma conexão entre duas ou mais pessoas e os

laços fracos, por sua vez, são relações esparsas entre os interactantes que não são afetivamente próximos.

Tais interações não são fixas indicando que os laços que antes eram fortes podem tornar-se fracos ou laços que não existiam passam a existir, pois a possibilidade de interação com uma ampla gama de sujeitos dispersos geograficamente também permitiu uma maior mobilidade e flexibilidade nas relações interativas.

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. [...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação [...] Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2007, p. 566)

Partindo da concepção de nós de Castells (2007), entende-se que independentemente de serem laços fortes ou fracos, estes são instantâneos, dinâmicos, descentralizados e flexíveis devido à própria estrutura aberta da rede que permite um intenso fluxo de informação e interação, o que possibilitou uma reconfiguração das noções de espaço, tempo, socialização e valores que envolveu um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos, de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2007, p. 5).

Considerando que as mídias sociais “possibilitam a criação colaborativa de conteúdo (participação), a interação social (relação entre pessoas) e o compartilhamento de informações em múltiplos formatos” (TELLES, 2010, p. 18), as plataformas interativas como Facebook, Twitter, TikTok, YouTube, Instagram, Snapchat, dentre outras, permitem que os usuários compartilhem informações, fotos, vídeos, notícias, dentre outros textos multimodais, em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar; e tais conteúdos compartilhados, por sua vez, podem fortalecer, sustentar, refutar ou estremecer as inter-relações neste nó interacional em que se encontram na teia cibernética.

Ademais, os diversos gêneros textuais que circulam nestes meios de comunicação podem contribuir para a sustentação do preconceito linguístico, o que o pesquisador denomina de comandos paragramaticais, isto é, “programas de rádio e de televisão, colunas de jornais, de revistas, manuais de redação de empresas jornalísticas” (BAGNO, 2001, p.29), dentre outros, que se projetam como “consultórios gramaticais”, ambientes de aprendizado da língua padrão. Estes comandos paragramaticais, em suma, referem-se ao ensino das normas gramaticais paralelo às instituições escolares, como ocorre em jornais, revistas, sites, canais e *fan pages* que propõem o ensino da norma padrão.

Os blogs *Como Escreve.Com* e a fanpage *Português é Legal*¹ podem ser usados para exemplificar o conceito de comandos paragramaticais. O primeiro tem o objetivo de “compartilhar dicas de como usar corretamente as palavras, escrever bem e a usar o novo acordo

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/portugueselegal/>. Acesso:27/02/2022.

ortográfico”² e o segundo promove “as pazes entre brasileiros e a língua portuguesa desde 2012”. A dicotomia entre certo e errado e a vinculação do uso das convenções ortográficas como forma de os falantes fazerem as “pazes” com a língua materna demonstram que estes “consultórios gramaticais” digitais encarregam-se da tarefa de promover a relação ideal entre o nativo e a língua materna ao ensinarem as normas gramaticais e ortográficas.

Considerando que “nenhum leitor absorve passivamente um texto; [mas] lhe confere vida ao completá-lo com a força de sua imaginação e poder de sua experiência” (ZILBERMAM, 2001, p.51), os sujeitos interagem com eles e engajam-se nesta interação ao curtirem, comentarem e compartilharem nas redes sociais, tornando-se, com isso, coparticipantes na divulgação e recepção dos textos para aqueles com os quais mantêm laços fortes e fracos, assim como para um público além do projetado. Tal circulação descentralizada sobre a variante padrão reestrutura os paradigmas colaborativos de conteúdo e os papéis de autoridade quanto à produção de textos e à sustentação de preconceitos, valores e crenças sobre a língua materna.

Com isso, estas redes também podem contribuir para a sustentação de crenças e valores sobre a língua materna mediante o engajamento dos usuários em relação às notícias e postagens sobre os desvios de grafia, pois as curtidas, comentários e compartilhamentos de posts, vídeos, áudios e imagens sobre estes textos podem contribuir para a manutenção de conceitos de prestígio da variante padrão em detrimento das outras variantes, reforçando as crenças e a ressignificação destes valores.

Desta forma, a reestrutura de compartilhamento desencadeado no espaço digital, também envolveu outras reconfigurações em várias performances como leitura, escrita, reescrita e consumo na sociedade. Em virtude disso, esta nova realidade de interação e participação social também deve estar no escopo das pesquisas no âmbito acadêmico, visto que as “tecnologias da comunicação e da informação [integram] os processos de produção e de desenvolvimento do conhecimento e da vida social contemporânea” (BRASIL 2000 apud CAMARA, 2010, p. 36).

²Disponível em: <https://www.comoescreve.com/p/sobre-o-blog.html>. Acesso: 27/02/2022.

3. OBJETIVOS

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 9)

A pedagogia histórico-crítica defende que a compreensão da realidade em conjunto com a teoria e a prática permite que os alunos possam refletir sobre a sua relação com o outro e a sua participação na sociedade, o que implica que a abordagem dos conteúdos escolares não está unicamente vinculada à formação de mão de obra, mas à formação de um trabalhador e de um cidadão que ao longo da sua formação acadêmica terá contato com os conteúdos necessários para sua atuação no mercado de trabalho e engajamento na prática social, “não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social” (LIBÂNEO, 2014, p.41).

Considerando a necessidade de uma “educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso [para] tornar [os atores sociais] mais conscientes de sua própria prática sociodiscursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120) e de um posicionamento crítico sobre o engajamento nas plataformas digitais, proponho objetivos que possam contribuir com a fortuna crítica desta área de pesquisa e com a proposta educacional dos documentos institucionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme listado nos objetivos específicos e gerais abaixo.

3.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender os processos de circulação de textos nos ambientes interativos digitais.
- Analisar a coparticipação dos leitores na circulação de textos nas redes sociais mediante engajamento.
- Compreender como o engajamento dos leitores pode contribuir para a sustentação ou refutação de valores, crenças e identidades socialmente estabelecidas.

3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Examinar a inter-relação entre o engajamento dos sujeitos nas redes sociais e o compartilhamento de textos multimodais.
- Refletir sobre as afinidades influenciarem na recepção dos textos nas redes sociais.
- Conscientizar os alunos sobre a atuação na recepção do texto comentado ou compartilhado para um público projetado ou não.
- Refletir sobre a língua portuguesa nas redes sociais.
- Promover a expansão do conteúdo abordado nesta pesquisa para a escola e seu entorno.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais (LÉVY, 2000, p.127)

As inovações quanto à velocidade de conexão, banda larga e fibra ótica; e os dispositivos móveis e fixos, computadores, smartphones, tablets; prolongaram o tempo de permanência das pessoas no ambiente virtual, o que contribuiu para reformular os espaços de sociabilidade e cooperação, inserindo os atores sociais em uma teia virtual que viabiliza a interação com um amplo conjunto de pessoas de diferentes localidades e em uma mesma plataforma. Neste ambiente, os sujeitos podem interagir com uma gama de textos, vídeos, áudios e imagens em uma curta temporalidade promovendo, com isso, uma “revolução [que afeta] o conhecimento e o modo de transmitir, estocar e produzir informações, complexificando as trocas comunicativas” (LEMOS, 2008, p.137).

Nestas teias sociocomunicativas, as interações podem ser estruturadas, reformuladas, sustentadas ou enfraquecidas neste intenso fluxo de produção e circulação textual que os sujeitos atuam no ciberespaço, isto é, eles recorrem a um inventário semântico para construir representações sobre si, o outro e um tópico em questão atuando, desta forma, como atores sociais nos mais diversos contextos sociais e digitais em que circulam, pois nas interações os interactantes não representam o mundo de forma abstrata ou neutra, mas de acordo com as relações e os papéis socialmente construídos (CHOULIARIAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

As interações sociais são reguladas por formações discursivas (FOUCAULT, 2008), normas que regulam a produção de enunciados nos campos discursivos e determinam as condições de exercício da função enunciativa indicando, com isso, que por mais que os textos orais, manuscritos e multimodais produzidos pelos sujeitos envolvam uma subjetividade, estes não são integralmente inéditos, “livres, neutros e independentes, mas sempre [fazem] parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; [integrando-se] em um jogo enunciativo” (FOUCAULT, 2008, p.112).

Com base neste conceito, entende-se que as imposições institucionais determinam a aparição e a autoridade de determinados discursos, “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1987, p. 59). Isto indica que a normatividade, a autoridade e os saberes que perpassam as instituições escolares, políticas, econômicas, religiosas e sociais ao longo dos anos determinam os lugares sociais dos sujeitos, o que os tornam assujeitados às formações discursivas destas instituições não podendo, desta forma, falarem o que querem, quando querem e aonde querem.

Isto implica que dependendo dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos e pelas formações discursivas que os perpassam, intensifica-se ou ameniza-se as projeções sociais atribuídas aos desvios de grafia e normatividade linguística visto que “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com

a literalidade do significante), mas é determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1995, p.144).

“podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2009, p. 42)

Pautados nestas concepções, entende-se que as normas, no âmbito social, não estão reduzidas exclusivamente a uma padronização estabelecida por uma instância acadêmica/escolar, mas ao contexto socio-histórico e às formações discursivas que perpassam os sujeitos em uma dada temporalidade, visto que estes integram uma materialidade discursiva. As palavras, com isso, englobam uma ampla rede de significações visto que o sentido não está restrito ao signo, mas à inter-relação entre formações discursivas e ao contexto interativo.

Considerando esta premissa, entende-se que os desvios de grafia são valorados não exclusivamente pela ordem sistêmica linguística ou “por um conjunto de normas convencionais” (BECHARA,2008, p.71), mas pelas posições sociais daqueles que os realizam, o que implica que o lugar social ocupado pelos sujeitos em um determinado contexto histórico, social, político, econômico e religioso, como por exemplo, os papéis de sujeito-presidente, sujeito-ministro, sujeito-professor, sujeito-padre, sujeito-militar, dentre outros, determinam os valores atribuídos a eles e as suas palavras indicando, com isso, que nestes cenários suas palavras são perpassadas por valores e significações destas formações discursivas.

Em conjunto a isso, Foucault (2008) defende que os enunciados não são estruturados exclusivamente pela subjetividade dos atores sociais, mas segundo “um conjunto de regras anônimas, históricas, determinados no tempo e no espaço que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Ibidem, p.133). Isto implica que a língua é perpassada pelas relações, embates e assimetrias de poder que ocorrem na sociedade indicando, com isso, que a organicidade da estrutura política, econômica e cultural social também ocorre nos campos discursivos e, conseqüentemente, também posicionam os sujeitos e seus interlocutores nas interações.

Paralelo a tais conceitos, pode-se considerar a questão do tabu apresentado na obra do filósofo, *A Ordem do Discurso* (1996) em que os sujeitos não têm “o direito de dizer tudo em qualquer circunstância” assim como “não poder falar qualquer coisa” (p.11), o que, em relação ao nosso objeto de estudo, pode ser comparado com a posição de sujeito-ministro, sujeito-jornalista, sujeito-instituição, sujeito-militar, sujeito-professor dentre outros que exigem comportamentos sociais e discursivos em relação aos padrões estabelecidos na coletividade. Isto implica que o tabu não está apenas vinculado à noção de sexualidade, mas as atitudes e as palavras inadequadas às convenções legitimadas nas comunidades que alicerçam suas hierarquias e valores sociais e discursivos (XAVIER, 2021).

De forma a exemplificar tal assertiva, cito quatro *headlines* de jornais on-line sobre desvios de grafia, '*Jornal da Globo*' comete erro grotesco de português em "Transmissão" da covid-19 (GAZETA, 18/09/2020)³; Órgão responsável pelo Enem posta mensagem com erro de português e depois apaga (G1,17/01/2020)⁴; Ministro da Educação comete erro de português (VEJA 29/04/2019)⁵ e Globo comete erro de português no 'Jornal Hoje' e internautas não perdoam (OPRESENTE, 14/06/2019)⁶. Os jornalistas do Jornal da Globo e do Jornal Hoje, sujeito-jornalista, o servidor público/órgão responsável pela divulgação de notícias no site do ENEM, sujeito-instituição, e o Ministro da Educação, sujeito-ministro, enunciam de lugares determinados socio-historicamente nas formações discursivas implicando, com isso, que suas posições na estrutura social são perpassadas por normas que moldam seus enunciados e delimitam o que pode ou não ser dito, "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Estes lugares sociais trazem consigo exigências, que quando violadas, destacam-se pela sua não adequação às normas históricas e discursivamente impostas. No caso em questão, houve a inadequação quanto ao uso da língua esperado pelos sujeitos que ocupam o lugar social de sujeito-jornalista, sujeito-instituição e sujeito-ministro, o que influenciou a recepção destes textos pelos interlocutores e, por conseguinte, os valores atribuídos aos sujeitos e às variantes linguísticas, "os sentidos das palavras, expressões, proposições, não existe em si mesmo, mas são determinados pelos lugares ideológicos de onde enunciam os sujeitos e segundo suas inscrições em diferentes formações discursivas" (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Esta ruptura das demandas das formações discursivas pode ser notada na recepção destes textos multimodais nas interações cibernéticas das mais diversas mídias sociais, como os comentários das redes sociais. O jornal *Estado de Minas* (10/01/2020), por exemplo, selecionou dois comentários realizados em postagens de Twitter para destacar a gravidade do desvio de grafia, "O fato do Ministro da Educação escrever 'imprecionante' reflete a realidade da educação brasileira, criticou um internauta" e "É 'imprecionante' ele ser Ministro da Educação, escreveu outro". O Jornal OPRESENTE (14/06/2019) também recorreu à mesma estratégia argumentativa, "Já uma terceira debochou: 'Se nem o *Jornal Hoje* sabe escrever, por que eu tenho que saber?"; "Pelo menos pediram desculpa, contou um telespectador".

Considerando as premissas foucaultianas de que o poder não está situado em um "lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social" (FOUCAULT, 2005, p.248), o poder socialmente e historicamente estruturado nas formações discursivas alicerçam as interações da organicidade social, o que implica que o editor da postagem e a audiência projetada não impõem uma jurisdição sobre o sujeito-ministro, mas fazem parte do

³<https://gazetabrasil.com.br/entretenimento/televisao/2020/09/18/jornal-da-globo-comete-erro-grotesco-de-portugues-em-transmicao-da-covid-19/>. Acesso: 11/09/2021.

⁴<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/17/orgao-responsavel-pelo-enem-posta-mensagem-com-erro-de-portugues-e-depois-apaga.ghtml>. Acesso: 11/09/2021.

⁵<https://veja.abril.com.br/blog/radar/ministro-da-educacao-comete-erro-de-portugues/>. Acesso: 11/09/2021.

⁶<https://www.opresente.com.br/variedades/globo-comete-erro-de-portugues-no-jornal-hoje-e-internautas-nao-perdoam/>. Acesso: 12/09/2021.

corpo social que regula e ordena os enunciados produzidos a fim de convencê-lo acerca do seu papel dentro do engendramento estrutural.

O autor da postagem e o público dialogam com o gênero textual notícia, com seus conhecimentos prévios acerca do lugar social de sujeito-jornalista e com os textos outros que os antecedem. Nesta interação, o público apresenta um posicionamento responsivo ao texto oral e multimodal exibido no telejornal e tal responsividade ocorreu na forma de comentário e compartilhamento. Consequentemente, a atitude responsiva do público conseguiu se expandir para além do seu local de produção e público almejado de forma que chegou ao conhecimento do sujeito-instituição Rede Globo, que consciente da posição social que ocupa e das demandas exigidas pelo mesmo, “pede desculpas” aos leitores reais e vindouros da notícia reconhecendo, portanto, que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, [e] dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 1996, p.9).

Esta questão também envolve a noção de poder simbólico apresentado por Bourdieu (1989). O filósofo defende que os grupos sociais criam condições de aceitabilidade de discurso, o que implica que estas coletividades constroem socio-historicamente valores aos espaços, as circunstâncias e a autoridade de fala. O poder simbólico, desta forma, não envolve uma coerção física, mas a capacidade de fazer os sujeitos, denominados de agentes sociais, de falarem, agirem e interagirem segundo uma crença socialmente construída sobre o valor e prestígio de determinados lugares sociais, e por isso, este poder simbólico é um poder de “fazer coisas com palavras” dentro de um *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu, 1983, p. 65).

Bourdieu (1996) também relaciona a noção de poder simbólico à língua materna visto que uma dada variante apenas é projetada como padrão por haver em uma comunidade linguística determinados sujeitos historicamente que ocupam lugares sociais de gramáticos, escritores, políticos; e, consequentemente, autoridade de fala que lhe conferem o direito de construir juízos de valor sobre a língua materna e o seu ensino contribuindo, com isso, para a promoção de um consenso coletivo de que esta representação simboliza a homogeneidade linguística e a sustentação do ordenamento social, “conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. É erro de consequências imprevisíveis acreditar que só os escritores profissionais têm a obrigação de saber escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos” (ALMEIDA, 2005, p. 7).

A assertiva de Almeida (2005) de uma nação que deve falar e escrever usando apenas uma variante provém de uma conjectura de formação de Estado-nação que envolvia uma delimitação geográfica e unidade linguística que o caracterizava e o distinguia dos demais, “a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições” (ORLANDI, 2007, p. 55).

A noção de unidade foi utilizada como justificativa para a sobreposição de uma língua e de um povo em relação a outro, como ocorreu durante a implementação do Diretório dos

Índios (1757), instituição responsável por legislar em prol do ordenamento social da colônia. Dentre as medidas desta instituição, uma delas foi a proibição do uso das línguas indígenas, denominadas de língua geral, em território nacional, em prol da consolidação da “língua do príncipe”, a língua portuguesa. O imaginário de uma unidade linguística fomentou a ideia historicamente construída de uma nação monolíngue e dialoga com a assertiva do gramático Almeida (2005) de que o domínio da norma padrão faz parte de um “dever cívico” desvinculando, com isso, a língua da heterogeneidade linguística oriunda de fatores geográficos, históricos e situacionais assim como a coexistência com outras línguas em solo nacional, como as dos autóctones. Os ecos destes conceitos sobre a língua do século XVIII permeiam o juízo de valor sobre a língua materna por parte do gramático e, com isso, seu argumento não é embasado em noções linguísticas, mas sim no diálogo com enunciados outros que o antecedem e em critérios subjetivos.

O diálogo entre a assertiva do gramático supracitado e as concepções pretéritas sobre unidade linguística implica que como ser histórico e social em uma dada situação comunicativa, os sujeitos, as suas palavras e as suas intencionalidades são perpassadas por palavras outras, anteriores, atuais e futuras, que influenciam a sua formação, a recepção dos textos e a sua atuação interativa, indicando, com isso, que os sujeitos são influenciados tanto pelas formações discursivas quanto pelo constante diálogo com outros,

“o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem” (BRAIT, 2011, p. 95).

O fluxo de interações humanas pauta-se no constante diálogo entre os enunciados, textos escritos, orais e multimodais, que circundam e antecedem os sujeitos, e ainda aqueles que estão por vir com base nas projeções que os sujeitos fazem dos seus interlocutores reais ou possíveis. Desta forma, o sujeito não é o criador primeiro do enunciado, devido ao constante diálogo com discursos outros e por ser perpassado por uma memória discursiva dos enunciados que fazem parte dos contextos comunicativos que permeiam os grupos sociais antes mesmo do seu nascimento.

Todo enunciado (...) comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Com base nos conceitos bakhtinianos, entende-se que a palavra isolada do seu contexto comunicativo é neutra e quando posta em uso pelos sujeitos, uma instância de significação por envolver um constante diálogo com enunciados, havendo com isso, ecos de enunciados outros

numa determinada situação ao mesmo tempo que é permeado por intuito discursivo do locutor, intenção discursiva. O filósofo sustenta esta assertiva ao afirmar que a composição do enunciado não envolve a extração das palavras de uma “neutralidade lexicográfica”, mas sim de enunciados anteriores realizados em um dado contexto e situacionalidade, isto é, em um determinado gênero do discurso. (BAKHTIN, 2011, p. 311)

Os gêneros do discurso são “tipos de enunciados estáveis” os quais os sujeitos fazem uso nas suas necessidades comunicativas concretas recorrendo, desta forma, aos signos e as estruturas que sejam adequados ao contexto interacional imediato em que estes se encontram, indicando, com isso, que o signo é variável, dinâmico e dotado de significação em uma materialidade discursiva. Em virtude das diversas demandas interacionais, há “tantas significações possíveis quanto contextos possíveis” (BAKHTIN, 2012, p.109), o que implica que existe um amplo repertório de gêneros discursivos dos quais os sujeitos fazem uso nos mais variados contextos sendo, desta forma, um fenômeno social suscetível de mudança, transformação, reestruturação e evolução, “a língua não se transmite, ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal” (Ibidem, p.111).

Ademais, os enunciados são constituídos a partir de uma multiplicidade de discursos que são apresentados aos sujeitos antes mesmo de nascerem, com os quais dialogam e se posicionam ao longo da sua participação nos mais variados grupos sociais, “toda enunciação é um diálogo, mesmo as produções escritas, num processo de comunicação ininterrupto”; “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal” (BAKHTIN, 2012, p.101). O enunciado só existe por estar constantemente em interação com os outros que os antecedem, precedem e rodeiam, e esta interação envolve uma relação responsiva com estes, “ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado” (BAKHTIN, 2010, p.325).

Considerando que os gêneros textuais dialogam com as demandas históricas e socioculturais podemos comparar esses conceitos com o nosso objeto de pesquisa, o gênero postagem, visto que as inovações tecnológicas e digitais reconfiguraram as interações dos sujeitos com o outro, os textos e a audiência, “a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1997, p. 158).

5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

“os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas e traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso, para alcançar um objetivo” (TRUJILLO, *Metodologia da pesquisa científica*, 1982)

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa apresenta uma proposta de análise relacionada à temática de engajamento dos atores sociais no ciberespaço, com o intuito de ampliar os conhecimentos dos alunos sobre este tema que faz parte da dinâmica interacional atual. É relevante que os alunos sejam convidados a refletirem sobre os lugares ideológicos que os sujeitos ocupam em determinadas formações discursivas, a conjuntura histórica e social, os papéis que eles e os outros ocupam nas interações sociais e o que é possível ou não de ser dito, escrito, publicado e compartilhado nas redes sociais. A proposta de abordagem de gêneros textuais relacionada a estas temáticas permite aos discentes perceberem que “as palavras não significam por e em si mesmas, mas por quem fala, ou pelos lugares sociais que o sujeitos falantes ocupam no jogo discursivo” (SMOLKA, 1992, p. 332).

Pautados nos conceitos de Vieira (2007, p. 24) de que “o letramento hoje não se refere apenas às habilidades de leitura e de escrita, mas às habilidades interpretativas básicas que devem atender às necessidades da vida diária da pós-modernidade” e nas premissas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) de que os sujeitos na sua atuação nos meios digitais vão além das ações de “redistribuir ou comentar notícias, artigos de opinião, postagens em vlogs, machinemas, AMVs e outros textos, mas também escreve[m], perform[am] e public[am] textos e enunciados variados” (BRASIL, 2018, p. 487-88), defendemos que a atividade proposta na pesquisa pode ser empregada tanto na abordagem de gêneros textuais no ensino fundamental quanto no médio em instituições públicas ou privadas.

Segundo pesquisa divulgada pela Agência Brasil (2019), “82% das crianças e adolescentes usuárias de internet relatam usar e ter perfil nas redes sociais, o que corresponde a cerca de 22 milhões de usuários dessa faixa etária no país”. Este dado demonstra que as redes sociais fazem parte do ambiente interacional dos jovens indicando, com isso, que o uso, consumo e compartilhamento ativo de textos multimodais faz parte da dinâmica das crianças e adolescentes, como aponta a pesquisa publicada no site IBGEduca⁷, (2019).

Em virtude disso, a presença nas redes sociais faz parte do cotidiano interacional dos alunos e, em decorrência do isolamento social desencadeado pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), os jovens intensificaram sua presença tanto nas redes sociais quanto nas mídias digitais em decorrência da obrigatoriedade de distanciamento social e da inserção, mesmo em instituições que não tinham suporte adequado, de tecnologias educacionais durante o período pandêmico, “fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em

⁷IBGE educa. O Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Data de acesso: 18/04/2022.

andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020c).

Em virtude desta nova realidade tecnológica e digital, a Base Nacional Comum Curricular (2018) defende o uso das tecnologias digitais nas mais variadas disciplinas de forma a ampliar o letramento digital no processo de ensino-aprendizagem e permitir que os discentes relacionem os conteúdos abordados em sala de aula à realidade linguística e social e aos fenômenos de ordem bioquímica, física e matemática que permeiam a sua realidade.

“compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2018, p.9)

Mesmo que os textos multimodais contribuam para uma aprendizagem lúdica, efetiva e significativa de outras disciplinas, cabe a disciplina de Língua Portuguesa contribuir para o letramento digital, visto que a interação e o engajamento dos alunos nas redes sociais não implicam que sejam letrados nos gêneros textuais que permeiam este ambiente. Por isso, a abordagem destes gêneros em sala em conjunto com a avaliação e produção destes conteúdos em atividade escolares permite desenvolver competências fundamentais relacionadas ao manuseio e à reflexão sobre os textos multimodais produzidos e consumidos.

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias” (BRASIL, 2018, p.488)

A aprendizagem das habilidades exigidas por estes gêneros e a reflexão crítica sobre os textos multimodais promove a participação cidadã e a capacidade de “mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais” (BRASIL, 2018, p.87).

Com vista a contribuir para a abordagem crítica sobre os textos multimodais e sobre a língua materna, proponho uma atividade que envolva a análise de duas postagens diferentes, uma do ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso e outra de uma fanpage sobre língua portuguesa. A escolha de duas postagens distintas entre si tem o intuito de verificar, durante o andamento de uma aula sobre o gênero textual digital postagem, se os alunos se engajam em postagens que envolvam figuras públicas com as quais apresentam laços fortes ou fracos de afinidade e em postagens de fanpages que abordem temáticas ministradas em sala de aula ou relacionadas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e concursos, como o ensino da variante padrão.

O primeiro caso envolve uma postagem de um sujeito-político e o posicionamento responsivo de um outro sujeito-político acerca do conteúdo postado; o segundo, uma postagem pautada na reportagem do canal de notícias *GloboNews* em que o autor e os leitores atuam em conjunto na crítica ao desvio cometido pelo sujeito-instituição. O gênero textual postagem, por

fazer parte do cotidiano digital dos sujeitos nas redes sociais, em especial do público-alvo da pesquisa, contribui para que os alunos se sintam motivados a participarem da aula devido às suas experiências de engajamento.

Com isso, a atividade tem o intuito de promover a reflexão sobre como diferentes postagens que envolvem diferentes contextos comunicativos abordam uma mesma temática, desvios de grafia, e, com isso, permitir que os discentes percebam como o comentário em redes sociais que, a princípio, pode parecer como algo “trivial” ou “sem importância” no seu cotidiano é permeado por um conjunto de valores ideológicos e embates discursivos.

Texto1



Fonte: <https://www.poder360.com.br/congresso/eduardo-bolsonaro-ripudia-de-fhc-por-mensagem-com-erro-de-portugues/>. Data de acesso: 09/03/2021

Texto 2

portuguesdicas · Following

Liked by gabrielly.cos and others

portuguesdicas ACHE O ERRO 🗨️ Meu Deus, até quando? 🙄 (Reportagem de ontem).

DIGO E REPITO:

Se as empresas tivessem um profissional qualificado para revisar os textos, antes de publicá-los, tais deslizes não aconteceriam! #valorizealinguaportuguesa

View all 1,792 comments

Add a comment... Post

- rae2101 Viajantes de 6 "País". 🙄 20w Reply
- aurea.vieira.teix 6 países 20w Reply
- izarft Plural mandou lembranças 20w Reply
- wellingtonribeiroswr 6 país 20w Reply
- rcwillianssilva03 Era pra ser PAÍSES 20w Reply
- fernandahdiniz Errou no plural! 20w Reply
- mauriciolima.decastro Seis países 20w Reply
- carolinaernandez Li várias vezes para achar o erro, lendo países 😂

(Fonte: *fan page* portuguesdicas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CW0nH7HLf4F>. Acesso: 09/03/2021)

Considerando que a recepção dos textos envolve o contexto, as relações culturais, ideológicas e históricas estabelecidas entre os atores sociais e os sistemas de conhecimento, crenças e valores, a apresentação destas postagens visa refletir sobre a atitude responsiva diante de um desvio e sobre um possível engajamento do discente ao se deparar com esta postagem na sua rede social. A intenção é analisar como os alunos concebem o desvio de grafia na postagem do ex-presidente da república, se eles apresentariam a mesma atitude responsiva que o político que se posicionou e se o laço forte ou fraco com os políticos em questão determinaria o seu engajamento no texto com um comentário, curtida ou compartilhamento.

No segundo texto, o autor da postagem recorre a um conjunto de elementos semióticos, como a imagem da jornalista em conjunto com o slogan da instituição na parte superior da postagem; o uso de caixa alta para sinalizar o imperativo, “ache o erro” e para enfatizar a opinião do autor em relação à recorrência de desvios de grafia, “digo e repito”; o uso de *emoji* de uma mão apontando para o texto na parte inferior; um *emoji* de um boneco com a mão no rosto, gesticulando constrangimento em relação ao que lê; e por fim, a *hashtag* ao final do texto, indexando na rede social um hiperlink acerca do imperativo “valorize a língua portuguesa”, que no caso em questão, representa a valorização da variante padrão.

A postagem do autor desencadeou, até o momento da análise, 1.792 comentários em relação ao desvio de concordância verbal pelo sujeito-instituição *GloboNews*. Os interlocutores, por sua vez, engajaram-se de diversas maneiras, utilizando texto escrito, *emojis*, *hashtags*, e sinais gráficos demonstrando, na maior parte dos casos, concordância com a opinião apresentada pelo autor da postagem. Os comentários dos interlocutores também contribuíram significativamente para a recepção desta postagem, como pode ser visto na leitura de alguns comentários, em que alguns leitores não conseguiram, no primeiro contato com o texto, identificar o “erro” apontado pelo autor da postagem, mas mediante a leitura dos comentários, puderam identificar que o desvio mencionado se referia a ausência do morfema indicador de plural no substantivo *país*.

Mesmo que os sujeitos interligados na rede social não tenham assistido ou lido na íntegra a notícia da *Globonews* compartilhada, o contato inicial com o texto, as imagens e descrição da situação pelo autor da postagem e os comentários dos interlocutores, conduz aqueles que forem ler a postagem, a conceber o desvio de grafia como algo negativo e socialmente estigmatizado, ativando conhecimentos prévios sobre as variantes da língua portuguesa, em especial a de prestígio, e sobre o uso esperado da língua por sujeitos em lugares sociais políticos e culturais, “A língua padrão é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um *corpus* definido de valores, fixados na tradição escrita” (GNERRE, 1998, p. 06).

Considerando que o “público (...) é uma entidade de direito mais vasta do que a soma de seus leitores que engloba, às vezes muito ativamente, pessoas que não o leem necessariamente, ou não leem todo [texto], mas participam de sua difusão e, portanto, de sua recepção” (GENETTE, 2009, 8), podemos considerar que o desvio de grafia realizado pelo sujeito-instituição e o sujeito-presidente circularam para além do público projetado não mediante a atuação dos jornais, mas mediante ao engajamento dos leitores ao comentarem e

compartilharem estas postagens em suas redes sociais, “as ações de curtir, compartilhar e comentar impulsionam a visibilidade das notícias que passam a ganhar novos leitores. Quando os leitores se engajam (...) eles contribuem para que este conteúdo seja dissipado [e chegue] aos membros da rede que não seguem o [jornal] diretamente” (MUSSUCHIN. CERVI, 2018, p.195).

Tanto na postagem do ex-presidente quanto na notícia da *GloboNews*, os usuários podem utilizar ou ignorar as ferramentas de curtir, comentar e compartilhar das redes sociais, contudo a forma como interagem com as notícias, vídeos, imagens, áudios e textos com os quais se deparam neste ambiente determina o seu engajamento, isto é, seu empenho em relação a este conteúdo mediante os mecanismos das redes sociais (MUSSUCHIN e TAVARES, 2016, p.5). Isto implica que os leitores também poderão ser potenciais contribuidores na difusão e recepção destes textos ao citá-los e compartilhá-los nas suas redes, sustentando ou refutando conhecimentos prévios e valores socialmente vinculados à noção de credibilidade nas esferas educacionais, políticas, econômicas, históricas e culturais e aos valores socialmente atribuídos à variante padrão.

A partir da reflexão sobre o engajamento em relação às notícias e postagens relacionadas às variantes linguísticas, é possível convidar os alunos a refletirem sobre a forma a qual assuntos relacionados à língua materna são abordados pelas mídias jornalísticas e sociais e seu tipo de engajamento em relação a isso, curtidas, comentários e compartilhamento. Com essas informações, será possível mapear os tipos de temáticas envolvendo o uso da língua portuguesa que geralmente integram conteúdos jornalísticos nas mídias digitais e televisivas, o engajamento mais comum dos alunos em relação a esta temática.

Por mais que esta temática dos desvios seja o tópico principal da proposta de trabalho, ressalta-se que as “situações de uso da língua determinam tanto o grau de formalidade e o registro utilizado quanto a modalidade de uso, se falada ou escrita” (BRASIL, 2006, p.20), o que implica que os alunos precisam conhecer os gêneros textuais e as variedades linguísticas demandas dos mais variados contextos interativos a fim de serem capazes de ler, escrever, compreender e participar sem que fiquem restritos, exclusivamente, à atuação em ambientes que apresentem os gêneros os quais eles aprenderam mesmo antes de ingressarem na escola.

A aprendizagem, no caso em questão, da norma padrão, permite que eles sejam capazes de se engajarem em “situações subjetivas e/ou objetivas que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores – a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística e dos inúmeros discursos concorrentes” (BRASIL, 1999, p.131). Com base nesta assertiva, defende-se que um ensino crítico da língua materna deve capacitar a aluno a compreender as demandas linguísticas dos contextos comunicativos em que estão inseridos a fim de não associarem desvio à noção de erro ou acerto, mas à adequação as situações comunicativas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se uma revolução tecnológica informacional, de caráter transgressor, que leva à reflexão, a necessidade de se viabilizar práticas de letramentos que conduzam crianças e jovens a uma leitura e interpretação crítica dos fatos da vida, de suas aprendizagens, de modo a compreenderem que seus conhecimentos e saberes, ideias e ações afetam o mundo, transformando-o em outro mundo possível, um mundo que avança, aceleradamente, para o ciberespaço (SILVA, 2017, p. 215)

Considerando o compromisso das instituições educacionais em contribuir para a formação de cidadãos conscientes acerca da realidade linguística, histórica, social e cultural e dos seus direitos e responsabilidades na sociedade, tanto a escola quanto os docentes precisam promover a reflexão sobre os gêneros digitais e as novas formas de engajamento neste ciberespaço.

A compreensão acerca da sua coparticipação na recepção e circulação do texto assim como das intencionalidades que permeiam os textos multimodais os quais produzem, dialogam e respondem também traz à discussão a questão ética envolvida na forma como os sujeitos se posicionam e projetam o outro em uma rede social tendo em vista um contexto interacional em que os textos se propagam para além da audiência projetada. Uma consciência crítica sobre as práticas sociais permite que eles sejam capazes de interpretar, compreender e refletir sobre as estratégias argumentativas, os valores e preconceitos que estejam articulados nos enunciados com os quais interagem nos mais diversos grupos sociais que circulem e sobre sua coparticipação na construção de sentido e recepção dos textos.

Orlandi (2009) afirma que o dito e escrito é permeado de crenças e valores socio-historicamente construídos assim como de intencionalidade, implicando com isso, que mesmo sem perceberem, os sujeitos constroem a si, o outro e um tópico em questão pautados no constante diálogo com as práticas discursivas das comunidades interacionais em que se engajam nas redes sociais.

Compreendemos, portanto, que a mutabilidade e aperfeiçoamento das plataformas de serviço e interação nos ambientes digitais permite que cada sujeito seja um potencial colaborador na divulgação e compartilhamento dos mais diversos materiais visuais, audiovisuais e textos multimodais para aqueles com os quais mantêm laços fortes e fracos, assim como para um público para além do projetado. Tal circulação descentralizada reestrutura os paradigmas colaborativos de conteúdo e de papéis de autoridade quanto à produção de textos e à sustentação de preconceitos, valores, crenças, identidades, indicando que a nova geração de serviços e compartilhamento envolveu um maior conjunto de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALEXRANDRE GARCIA FALA SOBRE O USO DA LÍNGUA. Bom Dia Brasil. Rio de Janeiro: Globo, 17 mai. 2011. Programa de TV. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kRdrDLrr_fm. Data de acesso: 05/09/2021.

Alfred Hermida , Fred Fletcher , Darryl Korell & Donna Logan. Share, Like, Recommend. In: *Journalism Studies*, 13:5-6, 815-824, 2012.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 45ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, Evanildo. *O que muda com o novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BIONDO, Fabiana. As diferentes versões de uma história única: A polêmica a respeito do livro didático Por uma vida melhor e os estudos do(s) letramento(s). In: *Trab. Ling. Aplic., Campinas*, nº51, v.1, 245-260, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

_____. *O poder simbólico*. ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Pierre Bordieu*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. *Base Nacional Curricular Comum: BNCC-Ensino Médio*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020*. Diário Oficial da União, edição 24-A, seção 1 – extra, 4 de junho de 2020, p. 1. 2020a.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRESSAN, Renato. *Dilemas da rede: Web 2.0, conceitos, tecnologias e modificações*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0555-1.pdf>. Acesso: 04/09/2021.

CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Machado de Assis: a possível articulação entre o clássico e a tecnologia. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; CECCANTINI, João Luís (orgs). *Teclas e dígitos: leitura, literatura & mercado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

_____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CAVALCANTI, Jaurance. *As faces de uma polêmica: o episódio do livro didático Por uma vida melhor*. In: Delta, nº29, especial, p.485-501, 2013.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOLTRAN, Maria José. Língua e Ignorância. In: Dossiê Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. (versão final). São Paulo: ONG Ação Educativa, maio e junho 2011. <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Data de acesso: 05/09/2021.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADER, Françoise; HAK Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani [et al.]. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-250

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994

LEMOIS, André. *Cibercultura, tecnologia, e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

LIBÂNEO, J. C. *A democratização da escola pública: a pedagógica crítico-social dos conteúdos*. 28 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997. 198 p.

_____. Registro - As três facetas do polêmico. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. POSSENTI, Sírio; SILVA, M. Cecília P. de Souza-e (Orgs.). Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. cap. 11, p. 187-198. PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. E- Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARIN, A.; WELLMAN, B. Social network analysis: an introduction. In: CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J. (Eds.). *The Sage Handbook of Social Network Analysis*. London: SAGE, 2011. p. 11-25.

MATENCIO, M. L M. *Estudo de língua falada e aula de língua materna*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

MORARI, Evelise; GHIRALDELO, Claudete. *O aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na visão de jornalistas e de um livro didático*. In: Horizontes, v. 34, número temático, p. 37-48, dez. 2016.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

PÁDUA, Dinaura Batista de. *A polêmica em torno do livro didático "Por uma Vida Melhor": (des)construindo sentidos*. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2014.

PAYER, Maria Onice. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Política Linguística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes Ed., 2007.

PÊCHEUX, Michel. *A Análise de Discurso: três épocas*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 311-319.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *Análise de discurso*. 4. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PRIMO, Alex. *Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo*. Porto Alegre: Ed. Editora Sulina, 2007.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Redes Sociais: Uma proposta de Estudo*. Rio de Janeiro: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

- ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.
- RIBEIRO, José. *Múltiplas identidades virtuais: a potencialização das experiências exploratórias do "eu"*. In: *Contracampo.*, nº12, p. 171-184, 2005.
- SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010
- SOARES, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. In: *Revista ECOPÓS*, v. 10, n. 2, jul/dez, 2007, p. 181-196.
- SOUZA, Gilton; SILVA, Ananias; BERNARDINO, Rosângela. As posições de sujeito em discursos veiculados na mídia: sobre a polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*. In: *Lumina*, Vol.5, nº2, dezembro 2011.
- SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. In: *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012
- SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. Materiais escolares: história e sentidos. In: *Revista de Educação AEC*. Brasília, vol. 25, nº 101, 1996.
- SMOLKA, A.B. A prática discursiva na sala de aula: uma perspectiva teórica e um esboço de análise. In: *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 20, n. 24, p. 51-65, 1991.
- TELLES, André. *A revolução das mídias sociais: cases, conceitos, dicas e ferramentas*. São Paulo: M. Books, 2010.
- TRUJILLO FERRARI, Alonso. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- VERMELHO et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, 2014.
- Víctor García-Perdomo, Ramón Salaverría, Danielle K. Kilgo & Summer Harlow. *To Share or Not to Share: The influence of news values and topics on popular social media content in the United States, Brazil, and Argentina*. In: *Journalism Studies*, p.1-22, 2017
- VIEIRA, Josenia Antunes et al. *Reflexões sobre a língua portuguesa. Uma abordagem multimodal*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- XAVIER, Catarina. A linguagem tabu em contexto: um estudo exploratório da linguagem tabu do ponto de vista das variáveis do registro. In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 21, nº1, p. 107-132, 2021.
- WISNIK, José Miguel. Dona Norma. In: *Jornal OGLORO*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Data de acesso: 05/09/2021.
- ZILBERMAM, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.